

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CEAF
EDITAL CEAF Nº 02/2026
I JORNADA CIENTÍFICA DO MPPI

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, por meio de seu **Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a relevância do fomento à produção científica e ao debate qualificado sobre temas contemporâneos e estratégicos afetos à defesa dos direitos fundamentais, torna público o presente Edital, que estabelece as normas para a submissão, avaliação e apresentação de trabalhos científicos na **I Jornada Científica do MPPI**, a ser realizada nos dias **28 e 29 de maio de 2026**.

A instituição do evento representa um compromisso primordial com a constante atualização e aprofundamento do conhecimento jurídico e interdisciplinar, buscando aproximar a atuação ministerial da comunidade acadêmica e de pesquisa, consolidando-se como um espaço institucional de reflexão, discussão e produção de conhecimento.

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A I Jornada Científica do Ministério Público do Estado do Piauí configura-se como um relevante espaço institucional concebido para a reflexão aprofundada, a discussão plural e a produção científica qualificada. Este evento tem como propósito primordial atuar como um instrumento eficaz na promoção e defesa dos direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que serve como uma estratégia de aproximação entre o Ministério Público do Estado do Piauí e a comunidade acadêmica e de pesquisa. O objetivo central deste encontro reside em fomentar um debate qualificado e robusto acerca de temas contemporâneos e estratégicos que orbitam a esfera dos direitos fundamentais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a construção de soluções inovadoras. A iniciativa visa não apenas estimular a pesquisa, mas também consolidar uma cultura de investigação e aprimoramento contínuo no âmbito da instituição, projetando o Ministério Público como um agente ativo na vanguarda do conhecimento e da aplicação jurídica.

Este Edital tem por finalidade precípua estabelecer as regras e os procedimentos detalhados para a submissão, avaliação e subsequente apresentação dos trabalhos científicos que integrarão a I Jornada Científica do MPPI. Os trabalhos a serem apresentados deverão se enquadrar na modalidade de resumo expandido, conforme o modelo integralmente disposto no Anexo I deste documento, o qual se torna parte integrante e indissociável deste instrumento convocatório. O público-alvo para a submissão de trabalhos é vasto e abrange tanto estudantes de graduação quanto profissionais graduados de diversas áreas do conhecimento, incentivando a participação multifacetada e a troca de experiências entre diferentes níveis de formação acadêmica e profissional. Esta abrangência visa enriquecer o debate e a produção científica, permitindo que diferentes perspectivas e abordagens sejam incorporadas aos estudos.

SEÇÃO II - DOS EIXOS TEMÁTICOS E LINHAS DE PESQUISA

A I Jornada Científica do MPPI estrutura-se em quatro eixos temáticos centrais, que foram meticulosamente selecionados para abarcar as questões mais prementes e estratégicas relacionadas à **atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais**. Cada um desses eixos será detalhadamente esmiuçado em diversas linhas de pesquisa, buscando promover uma abordagem interdisciplinar e abranger tanto a área jurídica quanto as áreas afins, permitindo uma análise mais profunda e contextualizada dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos. A intenção é estimular a pesquisa que transcende as fronteiras tradicionais do Direito, dialogando com outras ciências humanas e sociais para uma compreensão holística dos desafios enfrentados pela sociedade.

2.1 Eixo I: Violência contra Pessoas em Situação de Vulnerabilidade

Este eixo temático se dedica ao estudo e à discussão das múltiplas manifestações da violência que afetam indivíduos em situação de vulnerabilidade, compreendendo as causas, consequências e as estratégias de enfrentamento. A atuação do Ministério Público na proteção desses grupos é essencial e demanda um constante aprimoramento do conhecimento e das práticas. As **linhas de pesquisa a seguir** detalham os campos de investigação prioritários:

2.1.1 Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência: Esta linha de pesquisa abrange estudos sobre os diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes, incluindo abusos físicos, psicológicos, sexuais e negligência. Analisa-se o sistema de proteção integral, a atuação dos Conselhos Tutelares, a rede de atendimento, e as medidas socioeducativas, bem como o papel do Ministério Público na garantia dos direitos desses sujeitos.

2.1.2 Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o Papel do Ministério Público: Foca na análise da Lei Maria da Penha e sua aplicação, as diferentes formas de violência de gênero, os desafios na proteção das vítimas, as medidas protetivas de urgência e as políticas públicas de prevenção. Examina-se também a atuação do Ministério Público na persecução penal e na promoção de direitos das mulheres em situação de violência.

2.1.3 Direitos da Pessoa Idosa e Enfrentamento à Violência: Investiga a legislação específica de proteção à pessoa idosa, as formas de violência (física, psicológica, financeira, negligência) e os mecanismos de denúncia e proteção. Aborda-se a vulnerabilidade dos idosos, a promoção de um envelhecimento digno e ativo, e a importância da atuação do Ministério Público na defesa dos seus direitos.

2.1.4 Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência: Analisa as barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais que geram e perpetuam a violência contra pessoas com deficiência. Estuda-se a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão, e a atuação dos órgãos de proteção, incluindo o Ministério Público, na garantia de autonomia e dignidade.

2.1.5 Populações LGBTQIAPN+ e a Prevenção da Violência: Explora a violência baseada na orientação sexual e identidade de gênero, a discriminação e os crimes de ódio. Analisa as políticas de inclusão, o reconhecimento de direitos e o papel do Ministério Público na promoção da igualdade e no combate à homofobia e transfobia, bem como na proteção contra a violência estrutural e interpessoal.

2.1.6 Acesso à Justiça para Grupos Vulneráveis: Discute os obstáculos enfrentados pelos grupos vulneráveis para acessar o sistema de justiça, incluindo questões econômicas, geográficas, culturais e de capacitação institucional. Propõe-se a análise de iniciativas e programas que buscam facilitar o acesso, como a Defensoria Pública, Núcleos de Atendimento e a atuação itinerante do Ministério Público.

2.1.7 Interseccionalidade nas Formas de Violência e Vulnerabilidade: Aborda a complexidade das múltiplas vulnerabilidades que se cruzam e potencializam as experiências de violência, como raça, gênero, classe social e deficiência. Investiga como a perspectiva interseccional pode aprimorar a atuação jurídica e social no enfrentamento das desigualdades e na promoção de uma justiça equitativa.

2.1.8 Políticas Públicas de Prevenção e Combate à Violência: Examina a efetividade das políticas públicas existentes, a formulação e implementação de novas estratégias para prevenir e combater a violência em suas diversas formas. Analisa a articulação entre os diferentes níveis de governo, a sociedade civil e o setor privado na construção de uma rede de proteção e apoio às vítimas.

2.1.9 Impactos Psicossociais da Violência em Grupos Vulneráveis: Estuda os efeitos da violência na saúde mental e bem-estar psicossocial das vítimas, bem como na dinâmica familiar e comunitária. Aborda a importância do suporte psicológico, social e de saúde, e como o sistema de justiça pode integrar essas perspectivas em sua atuação.

2.1.10 Atuação do Ministério Público na Tutela Coletiva de Direitos de Vulneráveis: Foca na análise de instrumentos jurídicos como o inquérito civil, a ação civil pública e os termos de ajustamento de conduta, utilizados pelo Ministério Público para a proteção coletiva de direitos de grupos vulneráveis, buscando a reparação de danos e a implementação de políticas públicas.

2.1.11 Racismo Estrutural, Violência Racial e Atuação do Ministério Público

Esta linha de pesquisa dedica-se ao estudo do racismo estrutural e institucional e de suas manifestações no âmbito social e jurídico, incluindo a violência racial, o racismo recreativo, o racismo institucional e os crimes previstos na legislação antirracista brasileira. Foca na análise da aplicação da Lei nº 7.716/1989, do crime de injúria racial (art. 140, §3º do Código Penal, equiparado ao racismo pela Lei nº 14.532/2023), bem como os desafios na investigação, persecução penal e responsabilização de condutas discriminatórias. Investiga-se também a atuação do Ministério Público na promoção da igualdade racial, na defesa de comunidades negras e tradicionais e na implementação de políticas públicas

voltadas à superação das desigualdades raciais.

2.2 Eixo II: Combate às Facções Criminosas e Garantia da Segurança Pública

Este eixo temático tem como foco central a análise das complexas dinâmicas do crime organizado, especialmente no que se refere às facções criminosas, e a correlata necessidade de garantir a segurança pública. Os estudos deverão abordar estratégias de desarticulação dessas organizações, aprimoramento da investigação e inteligência, e a construção de políticas eficazes de segurança para a sociedade, reconhecendo a importância da atuação ministerial neste contexto desafiador. **As linhas de pesquisa são as seguintes:**

2.2.1 Organizações Criminosas: Estrutura, Financiamento e Desarticulação: Analisa a formação, hierarquia, modus operandi e fontes de financiamento das facções criminosas. Aborda as estratégias de infiltração, lavagem de dinheiro e a descapitalização dessas estruturas, bem como as ferramentas jurídicas e investigativas para seu desmantelamento.

2.2.2 Crimes Transnacionais e o Enfrentamento ao Crime Organizado: Investiga a atuação de facções em crimes que ultrapassam fronteiras, como tráfico de drogas, armas, pessoas e cibercrimes. Estuda a cooperação jurídica internacional, os acordos bilaterais e multilaterais, e a harmonização de legislações para um combate mais eficaz.

2.2.3 Segurança Pública: Modelos, Desafios e Inovações: Discute os diferentes modelos de segurança pública, como policiamento comunitário, uso de tecnologia e integração de forças. Examina os desafios contemporâneos, como a violência urbana, a letalidade policial e a necessidade de políticas baseadas em evidências, além de abordagens inovadoras para a gestão da segurança.

2.2.4 Direito Penal e Processo Penal no Combate à Criminalidade Organizada: Foca na legislação penal e processual penal aplicável ao crime organizado, como a Lei de Organizações Criminosas. Analisa institutos como a delação premiada, a colaboração premiada, a interceptação telefônica e telemática, e a investigação patrimonial, avaliando sua eficácia e garantias.

2.2.5 Inteligência e Investigação Criminal: Aborda o uso de técnicas de inteligência para mapeamento e monitoramento de facções criminosas, bem como a aplicação de métodos avançados de investigação criminal. Discute a importância da integração de dados e informações entre diferentes agências para aprimorar a elucidação de crimes complexos.

2.2.6 Medidas de Prevenção à Criminalidade e Reinserção Social: Examina políticas de prevenção primária, secundária e terciária do crime. Inclui estudos sobre programas de educação, esporte e cultura como ferramentas de prevenção, e a análise de iniciativas de reinserção social de egressos do sistema prisional para evitar a reincidência.

2.2.7 Aspectos Sociais e Econômicos da Criminalidade Organizada: Investiga as raízes sociais e econômicas que contribuem para a formação e expansão das facções, como desigualdade social, falta de oportunidades e precarização das condições de vida. Analisa os impactos da criminalidade na economia local e na dinâmica social das comunidades.

2.2.8 Cooperação Interinstitucional no Enfrentamento ao Crime: Estuda a importância da colaboração entre o Ministério Público, polícias civil e militar, Poder Judiciário, sistema prisional e outras instituições na construção de uma estratégia coordenada de combate ao crime organizado. Analisa os modelos de atuação integrada e os desafios da comunicação entre os órgãos.

2.2.9 Sistema Prisional e o Controle das Facções: Avalia o papel do sistema prisional na gênese e no controle das facções criminosas, bem como as estratégias para mitigar a influência dessas organizações dentro e fora dos estabelecimentos prisionais. Analisa a gestão prisional, a ressocialização e a segurança das unidades.

2.2.10 O Ministério Público e a Atuação Estratégica no Combate ao Crime Organizado: Foca na atuação proativa e estratégica do Ministério Público na prevenção, investigação e repressão do crime organizado. Aborda a coordenação de operações, a promoção de acordos de colaboração e a defesa dos direitos humanos no contexto do combate à criminalidade.

2.3 Eixo III: Cidadania e Democracia

Este eixo temático dedica-se à análise e ao aprofundamento das relações entre cidadania, democracia e a atuação institucional na garantia e promoção dos direitos. A vitalidade democrática e a plena efetivação da cidadania são pilares de uma sociedade justa e igualitária, e o Ministério Público desempenha um papel fundamental na salvaguarda desses princípios. As linhas de pesquisa propostas visam explorar os múltiplos desafios e perspectivas para o fortalecimento da participação popular, da transparência e da proteção dos direitos humanos em um Estado Democrático de Direito.

2.3.1 Direitos Fundamentais e sua Efetivação: Abrange estudos sobre a teoria e a prática dos direitos fundamentais, sua aplicabilidade direta e imediata, os desafios para sua efetivação em contextos de desigualdade e as garantias constitucionais. Analisa a jurisprudência, a legislação e as políticas públicas voltadas à proteção desses direitos.

2.3.2 Participação Popular e Controle Social: Foca nas formas de participação cidadã na gestão pública, como conselhos de políticas públicas, audiências públicas, plebiscitos e referendos. Discute o papel da sociedade civil organizada no controle da administração pública e na proposição de agendas, bem como os mecanismos de fiscalização popular.

2.3.3 Direito Eleitoral e a Integridade do Processo Democrático: Investiga temas como financiamento de campanha, propaganda eleitoral, desinformação e fake news, abuso de poder econômico e político, e a judicialização das eleições. Analisa a atuação da Justiça Eleitoral e do Ministério Público Eleitoral na garantia da lisura e transparência do processo democrático.

2.3.4 Transparência e Combate à Corrupção: Estuda a Lei de Acesso à Informação, os portais da transparência, as plataformas de dados abertos e os mecanismos de controle interno e externo da administração pública. Aborda as estratégias de combate à corrupção, incluindo a atuação do Ministério Público na persecução de ilícitos e na recuperação de ativos.

2.3.5 Direitos Humanos e o Papel das Instituições: Analisa a teoria dos direitos humanos, os tratados e convenções internacionais, e o papel de órgãos como o Ministério Público, Defensoria Pública e Conselhos de Direitos Humanos na promoção e defesa desses direitos. Discute a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos.

2.3.6 Educação para a Cidadania: Investiga a importância da educação cívica e política para a formação de cidadãos conscientes e participativos. Aborda programas educacionais, a inclusão de temas como direitos humanos e democracia no currículo escolar, e o papel das instituições de ensino na promoção de valores democráticos.

2.3.7 Pluralismo Jurídico e Diversidade Cultural: Discute a coexistência de diferentes sistemas normativos em uma mesma sociedade, especialmente em contextos de diversidade cultural, como comunidades indígenas e quilombolas. Analisa a relação entre o direito estatal e os direitos consuetudinários, e a garantia do respeito às identidades culturais.

2.3.8 Inclusão Social e Direitos das Minorias: Foca na proteção dos direitos de grupos minorizados, como comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+ e migrantes. Aborda as políticas de inclusão, o combate à discriminação e a promoção da igualdade, bem como a atuação do Ministério Público na defesa desses direitos.

2.3.9 Ações Afirmativas e Equidade: Analisa a constitucionalidade e a efetividade das ações afirmativas, como cotas raciais e sociais, na promoção da equidade e na reparação de desigualdades históricas. Discute os desafios e os impactos dessas políticas na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.3.10 O Ministério Público como Garantidor da Ordem Jurídica e do Regime Democrático: Aborda a função constitucional do Ministério Público como fiscal da lei e defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Analisa a atuação da instituição na proteção do patrimônio público, da moralidade administrativa e dos direitos coletivos.

2.4 Eixo IV: Uso da Inteligência Artificial na Defesa dos Direitos Fundamentais

Este eixo temático propõe uma investigação profunda sobre a interseção entre o avanço da Inteligência Artificial e a defesa dos direitos fundamentais, um campo que apresenta tanto oportunidades promissoras quanto desafios éticos e jurídicos complexos. A rápida evolução tecnológica exige uma reflexão crítica sobre como a IA pode ser empregada de forma responsável para fortalecer a atuação do Ministério Público e garantir a proteção dos direitos em um cenário digitalizado, mitigando os riscos de discriminação e violações. As linhas de pesquisa visam abordar as múltiplas facetas dessa relação, estimulando estudos que explorem tanto o potencial quanto as cautelas necessárias no

desenvolvimento e aplicação da IA.

2.4.1 Regulação da Inteligência Artificial: Desafios Éticos e Jurídicos: Analisa as propostas de regulamentação da IA em nível nacional e internacional, os dilemas éticos relacionados à autonomia algorítmica, transparência, explicabilidade e responsabilidade. Estuda a necessidade de um marco legal que promova o desenvolvimento da IA de forma segura e orientada por valores humanos.

2.4.2 Inteligência Artificial e Processo Judicial: Impacto e Perspectivas: Investiga o uso da IA em sistemas judiciais, como análise preditiva de decisões, automação de tarefas processuais e assistentes virtuais. Discute o impacto dessas tecnologias na celeridade processual, na imparcialidade e na garantia do devido processo legal, bem como as implicações para a atuação do Ministério Público.

2.4.3 Proteção de Dados Pessoais e Privacidade na Era da IA: Foca na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e seu alinhamento com os desafios impostos pela coleta e processamento massivo de dados por sistemas de IA. Analisa os riscos de violação da privacidade, o consentimento informado, a anonimização de dados e a necessidade de governança de dados para proteger os direitos dos indivíduos.

2.4.4 IA e Direitos Humanos: Discriminação Algorítmica e Vieses: Aborda os riscos de perpetuação e amplificação de preconceitos e discriminações sociais por meio de algoritmos enviesados. Estuda a detecção e mitigação de vieses algorítmicos em sistemas de IA aplicados em áreas como justiça criminal, saúde e emprego, e a responsabilidade por danos causados por decisões automatizadas.

2.4.5 Utilização da IA na Atuação do Ministério Público: Examina as aplicações práticas da IA para otimizar a atuação do Ministério Público, como a análise de grandes volumes de informações em inquéritos civis e criminais, a identificação de padrões em crimes complexos e a automação de rotinas administrativas. Discute os limites e as salvaguardas necessárias para o uso ético e legal dessas ferramentas.

2.4.6 Cybersegurança e Crimes Digitais: Investiga a relação entre a IA e a segurança cibernética, incluindo o uso da IA para detectar ameaças e a sua potencial utilização em ataques cibernéticos. Aborda o combate a crimes digitais, como fraudes online, golpes e extorsão, e a atuação do Ministério Público na investigação e repressão desses ilícitos.

2.4.7 Propriedade Intelectual e Inovações Tecnológicas: Discute os desafios da propriedade intelectual no contexto da IA, incluindo a autoria de obras geradas por algoritmos, a proteção de patentes de sistemas de IA e a licença de uso de dados para treinamento de modelos. Analisa a necessidade de adaptar o arcabouço jurídico para fomentar a inovação sem comprometer os direitos.

2.4.8 Governança Algorítmica e Responsabilização: Aborda os modelos de governança para sistemas de IA, buscando garantir a transparência, a auditabilidade e a responsabilização pelos impactos sociais e éticos das tecnologias. Discute a distribuição de responsabilidades entre desenvolvedores, usuários e reguladores em casos de falhas ou danos causados por IA.

2.4.9 Tecnologia e o Futuro do Direito: Reflete sobre as transformações que a IA e outras tecnologias estão imprimindo no campo do Direito, incluindo a formação de juristas, a prestação de serviços jurídicos e a própria natureza da justiça. Analisa as perspectivas para um direito adaptado aos novos paradigmas tecnológicos.

2.4.10 Desafios da IA na Garantia do Acesso à Justiça: Examina como a IA pode impactar o acesso à justiça para populações vulneráveis, tanto positivamente (facilitando informações, serviços) quanto negativamente (excluindo digitalmente, perpetuando desigualdades). Discute a necessidade de políticas inclusivas e de alfabetização digital para garantir que a IA beneficie a todos.

SEÇÃO III - DAS MODALIDADES E FORMATO DOS TRABALHOS

Os **trabalhos científicos** submetidos à I Jornada Científica do MPPI deverão ser apresentados exclusivamente na modalidade de **resumo expandido**. Essa escolha visa propiciar uma apresentação concisa e, ao mesmo tempo, substancial dos resultados de pesquisa, estimulando a síntese e a objetividade dos autores. Cada resumo expandido deverá possuir uma extensão rigorosamente definida, **compreendida entre 5 (cinco) e 10 (dez) páginas**, incluindo-se nesta contagem todos os elementos textuais, gráficos, tabelas e as referências bibliográficas. É imperativo que os autores observem com estrita fidelidade o modelo pré-estabelecido e integralmente reproduzido no **Anexo I deste Edital**, o qual oferece modelo com diretrizes detalhadas de formatação e conteúdo, garantindo a uniformidade e a qualidade dos materiais apresentados.

No que tange à autoria dos trabalhos, a presente Jornada Científica permite a colaboração acadêmica, **admitindo a coautoria de até 3 (três) pessoas por trabalho**. Dentre os coautores, **um deles deverá ser expressamente designado como autor correspondente**, assumindo a responsabilidade pela comunicação com a Comissão Científica e, crucialmente, pela **apresentação oral do trabalho perante o respectivo Grupo de Trabalho (GT) pertinente ao eixo temático em que o resumo expandido foi aprovado**.

A designação do autor apresentador é um requisito formal para a participação e validação da submissão.

Os trabalhos podem ser elaborados por graduandos ou por profissionais já graduados, promovendo a interação entre diferentes níveis de formação e experiência no ambiente acadêmico. O idioma oficial para a submissão e apresentação dos trabalhos é o português, devendo todas as seções do resumo expandido e a apresentação oral estarem em conformidade com esta determinação.

SEÇÃO IV - DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E SUBMISSÃO

A participação na I Jornada Científica do MPPI, tanto para a submissão de trabalhos quanto para às atividades do evento, exige a realização de inscrição prévia e formal. Esta **inscrição deverá ser efetuada por meio do link <https://forms.office.com/r/aUNLX9NXHQ>**. É de fundamental importância que os interessados em apresentar trabalhos científicos realizem sua inscrição no evento antes do período de submissão, uma vez que a validação da autoria e coautoria estará vinculada à existência de registro ativo na base de dados dos participantes.

A submissão dos resumos expandidos será realizada exclusivamente através do link (<https://forms.office.com/r/aUNLX9NXHQ>) garantindo um processo centralizado e eficiente. Os trabalhos deverão ser enviados em formato PDF, de modo a preservar a integridade da formatação e o conteúdo conforme o modelo do Anexo I. É de responsabilidade integral dos autores a correta nomeação do arquivo e a verificação de seu envio exitoso antes do encerramento do prazo. A Comissão Científica recomenda fortemente que os autores revisem minuciosamente seus trabalhos antes da submissão final, atentando-se para a conformidade com as normas técnicas estabelecidas e para a clareza textual, pois a qualidade formal e científica são critérios determinantes para a avaliação. Adicionalmente, embora o modelo de resumo expandido preveja a identificação dos autores, a Comissão Científica assegura que o processo de avaliação se dará com a máxima isenção, focando exclusivamente no mérito científico e na aderência aos critérios estabelecidos neste Edital.

SEÇÃO V - DA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

A responsabilidade pela condução do processo de avaliação e seleção dos trabalhos científicos recai sobre a Comissão Científica da I Jornada Científica do MPPI, colegiado composto por membros com reconhecida expertise acadêmica e profissional. Esta comissão é incumbida de diversas atribuições essenciais, abrangendo desde a elaboração do presente edital, com a definição clara dos critérios de avaliação, até a garantia do rigor técnico e da isenção necessários para a seleção dos trabalhos. A diversidade de perspectivas dos membros da comissão assegura uma análise abrangente e imparcial das propostas submetidas. Complementarmente, a Comissão Científica será responsável pela escolha e organização da banca avaliadora específica para cada eixo temático, garantindo que os avaliadores possuam conhecimento aprofundado nas respectivas áreas de concentração. Cada trabalho submetido será avaliado por uma banca examinadora composta por 03 (três) avaliadores, selecionados dentre membros da Comissão Científica ou especialistas convidados, assegurando-se a observância dos princípios da imparcialidade, do rigor técnico e da análise qualificada das produções científicas.

O processo de avaliação dos resumos expandidos será pautado por um escopo abrangente de critérios, visando selecionar os trabalhos que demonstrem excelência acadêmica e relevância para os propósitos da Jornada. Serão considerados elementos como a relevância e originalidade do tema abordado, sua pertinência para os eixos temáticos propostos, a clareza e a coerência dos objetivos formulados, a adequação e o rigor da metodologia empregada na pesquisa, a consistência e o embasamento da argumentação desenvolvida, bem como a correção da linguagem e a observância estrita das normas da ABNT para citações e referências bibliográficas. A qualidade geral do texto e a contribuição potencial do trabalho para o debate científico serão fatores decisivos. A seleção dos trabalhos será limitada a um máximo de 10 (dez) resumos expandidos por cada eixo temático. Contudo, a Comissão Científica reserva-se a prerrogativa de efetuar compensações entre os eixos, caso haja um número expressivo de trabalhos de alta qualidade em um determinado eixo e um número menor em outro, buscando sempre otimizar a participação e garantir a diversidade dos temas apresentados na Jornada.

Os trabalhos submetidos serão avaliados com base em um conjunto de critérios acadêmicos destinados a aferir sua qualidade científica e pertinência temática. Para fins de análise, serão considerados, entre outros aspectos, elementos como a relevância e originalidade do tema abordado, sua pertinência para os eixos temáticos propostos, a clareza e a coerência dos objetivos formulados, a adequação e o rigor da metodologia empregada na pesquisa, a consistência e o embasamento da argumentação desenvolvida, bem como a correção da linguagem e a observância estrita das normas da ABNT para citações e referências bibliográficas. Cada um desses critérios será avaliado em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), podendo cada avaliador atribuir pontuação individual aos trabalhos analisados, sendo a nota final do trabalho obtida a partir da média aritmética das notas atribuídas pelos três avaliadores integrantes da banca examinadora. Serão considerados aprovados os trabalhos que obtiverem média final igual ou superior a 7,0 (sete). Na hipótese de empate na pontuação final entre dois ou mais trabalhos, serão adotados, sucessivamente, como critérios de desempate, a maior pontuação atribuída ao critério de originalidade e contribuição científica, seguida da maior pontuação no critério de relevância e aderência ao eixo temático, e, posteriormente, da maior pontuação no critério de consistência teórica e fundamentação jurídica, cabendo, em última instância, à Comissão Científica da Jornada deliberar de forma fundamentada sobre a classificação final, em persistindo o empate.

SEÇÃO VI - DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos científicos selecionados para a I Jornada Científica do MPPI deverão ser apresentados em modalidade exclusivamente presencial, reforçando o caráter interativo e de troca de experiências que o evento busca promover. As apresentações ocorrerão nas salas de aula do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF (Av. Lindolfo Monteiro, 911, Bairro de Fátima, Teresina- PI, Prédio do MPPI), ambiente que oferece a infraestrutura adequada para as atividades acadêmicas. Cada apresentação será organizada em Grupos de Trabalho (GTs) específicos, vinculados aos respectivos eixos temáticos, o que possibilitará um debate mais focado e aprofundado entre os participantes e a banca examinadora.

A dinâmica de cada apresentação será cuidadosamente definida para otimizar o tempo e a qualidade das interações. O autor correspondente, responsável pela exposição, terá um período de 10 (dez) minutos para apresentar o resumo expandido, destacando os principais pontos da pesquisa, seus objetivos, metodologia, resultados e conclusões. Após a exposição, será concedido um período de 10 (dez) minutos para arguição pela banca examinadora e pelos demais participantes do GT, permitindo o esclarecimento de dúvidas, o aprofundamento de questões e a discussão crítica do trabalho. É permitida e incentivada a utilização de recursos digitais, como apresentações de slides (PowerPoint, Google Slides, etc.), para auxiliar na exposição, desde que o equipamento necessário (projeter, computador) seja compatível com a infraestrutura disponível no CEAF ou trazido pelo próprio apresentador, caso específico. A presença do autor apresentador é obrigatória no dia e horário de sua apresentação, sendo a ausência injustificada motivo para a desclassificação do trabalho e não emissão de certificado de apresentação.

SEÇÃO VII - DA PUBLICAÇÃO E PREMIAÇÃO

Todos os trabalhos científicos aprovados e apresentados na I Jornada Científica do MPPI terão a garantia de publicação nos anais oficiais do evento, uma coletânea que perpetuará as contribuições acadêmicas e científicas apresentadas. A publicação nos anais representa um reconhecimento formal da qualidade e relevância dos estudos, conferindo visibilidade e acesso aos resultados das pesquisas para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, além de contribuir para o registro e disseminação do conhecimento produzido. Os anais serão disponibilizados em formato digital, facilitando o acesso e a consulta.

Adicionalmente, com o intuito de reconhecer e incentivar a excelência na produção científica, a I Jornada Científica do MPPI contemplará o **reconhecimento do melhor trabalho em cada um dos quatro eixos temáticos**. Assim, será concedido **certificado de menção honrosa** ao trabalho que obtiver a maior pontuação em cada eixo, conforme avaliação realizada pela banca examinadora. A relação dos trabalhos apresentados e de seus respectivos autores será divulgada ao final do evento, durante a cerimônia de encerramento da Jornada Científica, e posteriormente nos canais oficiais de comunicação do Ministério Público do Estado do Piauí e do CEAF, como forma de valorização da produção acadêmica e do esforço dos participantes.

SEÇÃO VIII - DO CRONOGRAMA

O cronograma a seguir estabelece as datas-limite para cada etapa do processo de submissão, avaliação e apresentação dos trabalhos científicos na I Jornada Científica do MPPI. É fundamental que os participantes observem rigorosamente as datas estipuladas, pois o não cumprimento dos prazos implicará na impossibilidade de participação ou na exclusão do trabalho do processo seletivo. A Comissão Científica envidará todos os esforços para cumprir as datas estabelecidas, visando a organização e o bom andamento de todas as atividades do evento.

11 de março de 2026: Lançamento oficial do Edital da I Jornada Científica do MPPI, com a disponibilização integral do documento nos canais de comunicação da instituição, inaugurando o período de preparação para a submissão dos trabalhos.

12 de março de 2026 a 15 de abril de 2026: Período destinado à submissão dos resumos expandidos por parte dos autores. Durante estas aproximadamente seis semanas, os interessados deverão acessar o link de submissão informado na Seção IV, para o envio de seus trabalhos, que precisam estar rigorosamente de acordo com as normas e o modelo estabelecidos no Anexo I deste Edital. Recomenda-se não deixar a submissão para a última hora, prevenindo eventuais contratempos.

16 de abril de 2026 a 05 de maio de 2026: Prazo reservado para a avaliação dos trabalhos submetidos pela Comissão Científica e pelas bancas avaliadoras de cada eixo temático. Neste período, os especialistas procederão à análise crítica e imparcial dos resumos expandidos, aplicando os critérios de rigor técnico, relevância e originalidade, com vistas à seleção dos trabalhos aptos para apresentação.

08 de maio de 2026: Divulgação da lista dos trabalhos aprovados para apresentação na I Jornada Científica do MPPI. Esta divulgação será realizada nos canais oficiais do evento e da instituição, permitindo que os autores consultem o resultado da avaliação e iniciem a preparação final para suas apresentações.

09 de maio de 2026 a 12 de maio de 2026: Período destinado à interposição de recursos contra o resultado preliminar da avaliação. Os autores que desejarem contestar a decisão poderão fazê-lo formalmente, apresentando as justificativas pertinentes à Comissão Científica, por meio do meio e-mail jornada.ceaf@mppi.mp.br, que reavaliará os casos com base nas argumentações apresentadas.

12 de maio a 14 de maio de 2026: prazo para avaliação dos recursos.

15 de maio de 2026: Publicação do resultado final dos recursos, com a consolidação da lista definitiva de trabalhos aprovados para apresentação. Esta publicação será realizada nos canais oficiais do evento e da instituição. Esta data marca o encerramento do processo de seleção e a confirmação dos participantes que integrarão a programação científica da Jornada.

16 de maio de 2026 a 20 de maio de 2026: Prazo para o envio da versão final corrigida dos resumos expandidos pelos autores dos trabalhos aprovados, caso tenham sido solicitadas adequações ou ajustes pela banca avaliadora. A conformidade com as eventuais solicitações é essencial para a publicação nos anais do evento.

28 e 29 de maio de 2026: Realização da I Jornada Científica do MPPI, com as apresentações orais dos trabalhos científicos nos respectivos Grupos de Trabalho e demais atividades programadas, conforme detalhado na apresentação do evento. As apresentações dos trabalhos ocorrerão nas salas de aula do CEAF, enquanto as demais atividades da Jornada serão realizadas no auditório, ambos localizados no prédio do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), situado na Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Bairro de Fátima, Teresina (PI).

Até 22 de maio de 2026: A programação completa da Jornada, incluindo os dias e horários das apresentações, será divulgada nos canais oficiais do evento e da instituição.

SEÇÃO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão analisados e deliberados soberanamente pela Comissão Científica da I Jornada Científica do MPPI, cujas decisões serão irrecorríveis e deverão ser acatadas por todos os participantes. A Comissão Científica atua como instância máxima de resolução para as questões administrativas e acadêmicas relacionadas à parte científica do evento.

Para esclarecimento de dúvidas e solicitação de informações adicionais relativas ao presente Edital e à I Jornada Científica do MPPI, os interessados poderão entrar em contato com a comissão organizadora por meio do e-mail: jornada.ceaf@mppi.mp.br

Recomenda-se o acesso constante aos canais oficiais do evento e da instituição, para obter as informações mais atualizadas sobre o evento.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário que porventura existam. A sua publicidade em veículos oficiais e nos sítios eletrônicos do Ministério Público do Estado do Piauí e do CEAf confere-lhe validade e eficácia para todos os fins de direito, vinculando-se a ele todos os participantes e interessados na I Jornada Científica do MPPI.

A Comissão Científica e a organização do evento reiteram o compromisso com a transparência e a qualidade, esperando que a Jornada seja um marco na produção e disseminação do conhecimento relevante para a atuação do Ministério Público e para a sociedade.

Teresina/PI, 11 de março de 2026.

COMISSÃO CIENTÍFICA

1 JORNADA CIENTÍFICA DO MPPI

ANEXO I - MODELO DE RESUMO EXPANDIDO

O presente Anexo I detalha o modelo de resumo expandido a ser obrigatoriamente utilizado pelos autores para a submissão de trabalhos científicos à I Jornada Científica do MPPI. A estrita observância das diretrizes de formatação e conteúdo aqui estabelecidas é fundamental para garantir a padronização, a qualidade e a coerência dos trabalhos apresentados, facilitando o processo de avaliação e a posterior publicação nos anais do evento. Cada seção do resumo expandido possui um propósito específico e deve ser preenchida com clareza e concisão, conforme as orientações a seguir.

Título em Português (até 15 palavras, incluindo subtítulo)

Título em Inglês

AUTOR 1 [Autor correspondente] Afiliação, País e-mail@email.com

AUTOR 2 Afiliação, País e-mail@email.com

AUTOR 3 Afiliação, País e-mail@email.com

Recebido em: 00 Xxx 2026 Apresentado em: 00 Xxx 2026 Aprovado em: 00 Xxx 2026

Resumo: Escreva o resumo em português, destacando obrigatoriamente o objeto de pesquisa, os objetivos, fontes, referências, metodologia, justificativa científica e resultados alcançados. Limite máximo de 250 palavras.

Palavras-chave: Palavra-chave1; Palavra-chave2; Palavra-chave3; Palavra-chave4; Palavra-chave5.

Abstract: Write the abstract in English, highlighting the research topic, objectives, sources, references, methodology, scientific justification, and results achieved. Maximum word limit: 250 words.

Keywords: Keyword1; Keyword2; Keyword3; Keyword4; Keyword5.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A seção de Introdução e Objetivos de um resumo expandido constitui o alicerce lógico e conceitual da pesquisa, demandando uma redação direta, objetiva e concisa. O texto deve iniciar com a contextualização abrangente do tema no seu respectivo campo de estudo, apresentando um panorama atualizado e delimitando de forma precisa o problema ou a lacuna teórica que será investigada pelo trabalho. Esta contextualização deve ser suficientemente ampla para situar o leitor na temática, mas específica o bastante para direcionar o foco da pesquisa.

É crucial incorporar nesta seção uma justificativa persuasiva que ressalte a relevância tanto social quanto científica do trabalho, convencendo o avaliador e o leitor sobre a importância e o impacto da investigação proposta. A justificativa deve explicar por que o estudo é necessário e qual sua contribuição para o avanço do conhecimento ou para a resolução de problemas práticos. Posteriormente, devem ser apresentados os objetivos do trabalho, que representam o compromisso do autor com o leitor e delineiam as metas a serem alcançadas. O objetivo geral deve ser formulado com clareza cristalina, utilizando verbos no infinitivo para expressar a meta principal da pesquisa. Se for necessário, objetivos específicos podem ser detalhados para desdobrar as etapas técnicas ou as fases intermediárias que conduzirão ao atingimento do objetivo geral. Nesta etapa, a economia de palavras é um aspecto fundamental, devendo-se evitar digressões excessivas e manter o foco na clareza do propósito investigativo. O fluxo textual deve guiar o leitor de forma natural desde a apresentação do tema até a formulação da pergunta central da pesquisa, preparando o terreno de modo eficaz para a explanação da metodologia que se seguirá. A precisão e a organização da escrita nesta seção são indicadores claros do rigor científico do pesquisador e da solidez da proposta de trabalho.

Cada Resumo Expandido deve obrigatoriamente estar incluído em um dos seguintes eixos, conforme detalhado na Seção II deste Edital: i) Eixo Temático Violência Contra Pessoas em Situação de Vulnerabilidade; ii) Eixo Temático Combate às Facções Criminosas e Garantia da Segurança Pública; iii) Eixo Temático Cidadania e Democracia; e iv) Eixo Temático Uso da Inteligência Artificial na Defesa dos Direitos Fundamentais.

REVISÃO DE LITERATURA (Seção facultativa)

A seção de Revisão de Literatura em um resumo expandido deve ser elaborada como uma síntese densa e crítica das bases teóricas e conceituais que fornecem suporte à investigação proposta. Diferentemente de um levantamento bibliográfico exaustivo, o foco primordial aqui é a seletividade e a pertinência: o autor deve apresentar os principais conceitos, as teorias mais relevantes e os estudos prévios que estabelecem um diálogo direto e substancial com o objeto de estudo delineado.

O texto deve apresentar um fluxo articulado e coeso, evitando transformar-se em uma mera lista de citações isoladas ou descontextualizadas. A intenção principal é construir uma narrativa que demonstre o diálogo profícuo entre os diversos autores consultados, evidenciando o estado atual do conhecimento sobre o tema em questão. É essencial identificar tanto as convergências quanto as divergências existentes entre as referências bibliográficas selecionadas, destacando como o trabalho proposto se insere e contribui para essa discussão científica em andamento. Deve-se dar prioridade a fontes atualizadas e a autores considerados clássicos ou autoridades reconhecidas no assunto, assegurando que o embasamento teórico seja robusto, confiável e pertinente. Além disso, a revisão de literatura deve servir como um suporte interpretativo para a análise dos resultados que serão apresentados nas seções subsequentes, conferindo ao texto uma maturidade acadêmica notável e demonstrando a profundidade do conhecimento do pesquisador na área.

MÉTODO E METODOLOGIA

A seção de Metodologia em um resumo expandido constitui o alicerce fundamental que confere validade científica ao trabalho, ao detalhar de maneira explícita e sistemática o caminho percorrido pelo pesquisador para alcançar os objetivos previamente estabelecidos. O texto desta seção deve descrever, com precisão e clareza inquestionáveis, todos os procedimentos metodológicos adotados, a natureza intrínseca da pesquisa - se de caráter qualitativo, quantitativo ou misto - e as fontes de dados que foram utilizadas, sejam elas bibliográficas, documentais ou empíricas. É de suma importância que esta seção esteja solidamente ancorada nas principais referências metodológicas da área de estudo, citando autores que fundamentem e corroborem o rigor dos processos de investigação escolhidos, conferindo credibilidade acadêmica ao percurso metodológico.

A Jornada Científica acolherá com grande receptividade todas as metodologias convencionalmente adotadas e reconhecidas pela comunidade científica, valorizando a diversidade de abordagens que contribuem para o avanço do conhecimento. Contudo, encoraja fortemente a utilização de abordagens específicas que, pela sua natureza e aplicação, enriquecem de maneira significativa o debate acadêmico e as perspectivas de análise. Entre estas abordagens, destacam-se: i) a Hermenêutica Jurídica Tradicional, que se volta para a interpretação aprofundada das normas e para a busca do sentido subjacente às leis e aos princípios constitucionais, essencial para a compreensão do ordenário jurídico; ii) a Análise Econômica do Direito, que emprega ferramentas da microeconomia para avaliar a eficiência das regras jurídicas e os incentivos que tais normas geram no comportamento social e econômico; iii) a Legística (Análise Legislativa), que se concentra na técnica de elaboração das leis, examinando sua qualidade formal, a previsibilidade de sua eficácia e o complexo processo de produção normativa.

No mesmo sentido, para os estudos de caráter mais prático ou empírico, a Jornada Científica encoraja enfaticamente a adoção de metodologias como: i) o Estudo de Caso, que proporciona uma investigação aprofundada de um fenômeno específico dentro de seu contexto real e complexo, sendo uma abordagem ideal para analisar decisões judiciais emblemáticas ou situações sociais multifacetadas; e ii) o Relato de Experiência, que oferece uma descrição crítica e reflexiva sobre uma vivência profissional ou acadêmica relevante, transformando a prática em conhecimento sistematizado e permitindo a troca de aprendizados práticos. Ao optar por uma dessas vias metodológicas, o autor não apenas demonstra

domínio técnico sobre as abordagens de pesquisa, mas também evidencia um alinhamento com as tendências contemporâneas de investigação, assegurando que o método escolhido sirva como o fio condutor lógico que interliga a base teórica aos resultados empíricos ou analíticos obtidos. A transparência e a minúcia na descrição dessas etapas são essenciais, pois permitem a replicabilidade do estudo e a confiabilidade dos achados perante os avaliadores do evento e a comunidade científica.

Considerando a amplitude e a relevância dos temas e eixos temáticos que serão abordados pela Jornada Científica, este evento privilegiará, de forma expressiva, os trabalhos pautados pela interdisciplinaridade. Esta perspectiva visa incentivar estudos que promovam um diálogo construtivo e fértil entre o Direito e as mais diversas áreas do conhecimento, reconhecendo que a complexidade dos problemas contemporâneos exige abordagens multifacetadas. Serão muito bem-vindas as análises que transitem por interfaces como Direito e Tecnologia, especialmente no contexto do Uso da Inteligência Artificial na defesa dos direitos fundamentais; Direito e Saúde, Educação, Meio Ambiente e Assistência Social, notadamente em relação à Violência contra Pessoas em Situação de Vulnerabilidade; Direito e Segurança Pública, com foco no Combate às Facções Criminosas; além de conexões frutíferas com a Psicologia, Criminologia, Antropologia, Sociologia, Serviço Social e Ciência Política, no âmbito de Cidadania e Democracia. Esta pluralidade de perspectivas é considerada fundamental para a construção de soluções jurídicas que sejam não apenas robustas, mas também complexas e atuais, permitindo que a pesquisa transcenda os limites dogmáticos tradicionais do Direito e alcance uma compreensão mais holística e integrada dos fenômenos sociais e suas implicações.

DESENVOLVIMENTO

A seção de Desenvolvimento em um resumo expandido constitui o corpo principal do texto, onde a argumentação central da pesquisa é construída de forma densa, lógica e sequencialmente encadeada. É de suma importância que esta seção esteja estritamente delimitada e alinhada aos objetivos que foram previamente apresentados e articulados na introdução, garantindo que cada meta proposta receba a devida análise aprofundada e a fundamentação teórica robusta necessária. Nesta parte do trabalho, o autor tem a incumbência de expor de maneira clara e organizada os dados coletados, discutir as categorias de análise empregadas, confrontar as diferentes fontes de informação e evidenciar os achados da pesquisa, sempre mantendo a coesão lógica e a coerência argumentativa que perpassam todo o trabalho. O desenvolvimento é a etapa onde a proposta inicial se transforma em conhecimento concreto e palpável, demonstrando a maturidade intelectual do pesquisador ao estabelecer conexões significativas entre a teoria abordada e a prática observada ou os dados analisados.

4.1. Citações

As citações utilizadas no corpo do texto dos resumos expandidos deverão seguir rigorosamente o modelo autor-data-página, conforme as diretrizes estabelecidas pela norma NBR 10520 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As citações inseridas diretamente no texto, com o nome do autor em parênteses, devem apresentar o sobrenome do autor em letras maiúsculas, seguido pelo ano de publicação da obra e pelo número da página, separados por vírgula. A seguir, são apresentados exemplos para ilustrar a aplicação correta desta norma:

Exemplo 1: "Itaque tum Scaevola cum in eam ipsam mentionem incidisset, exposuit nobis sermonem Laeli de amicitia habitum ab illo secum et cum altero genero, C. Fannio Marci filio, paucis diebus post mortem Africani" (CICERO, 2000, p. 10).

Exemplo 2: Segundo Cicero (2000, p. 10), "itaque tum Scaevola cum in eam ipsam mentionem incidisset, exposuit nobis sermonem Laeli de amicitia habitum ab illo secum et cum altero genero, C. Fannio Marci filio, paucis diebus post mortem Africani".

Exemplo 3: De acordo com Cicero (2000, p. 10):

Itaque tum Scaevola cum in eam ipsam mentionem incidisset, exposuit nobis sermonem Laeli de amicitia habitum ab illo secum et cum altero genero, C. Fannio Marci filio, paucis diebus post mortem Africani. Eius disputationis sententias memoriae mandavi, quas hoc libro exposui arbitrato meo; quasi enim ipsos induxi loquentes, ne 'inquam' et 'inquit' saepius interponeretur, atque ut tamquam a praesentibus coram haberi sermo videretur.

CONCLUSÕES

A seção de Conclusões tem como finalidade primordial sintetizar os principais achados da pesquisa de forma objetiva, direta e propositiva. É fundamental que esta seção seja estritamente delimitada pelos objetivos que foram apresentados na introdução, fornecendo respostas claras e precisas sobre se as metas iniciais da investigação foram efetivamente alcançadas e quais foram as lições aprendidas ou os novos conhecimentos gerados a partir do estudo. O autor deve, neste ponto, abster-se de introduzir quaisquer novos dados, informações ou citações que não tenham sido previamente discutidos no corpo do trabalho, focando exclusivamente na contribuição teórica ou prática que o estudo oferece e em possíveis recomendações para futuras pesquisas ou desdobramentos da temática. Esta etapa final do resumo expandido é crucial para amarrar de forma consistente toda a argumentação desenvolvida, demonstrando a relevância intrínseca do trabalho para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, bem como a sua capacidade de gerar insights significativos e direcionamentos para o avanço do conhecimento.

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas devem ser listadas de forma exaustiva e padronizada ao final do texto, organizadas em ordem alfabética de sobrenome do primeiro autor, e não devem ser numeradas. A formatação deve seguir rigorosamente as normas estabelecidas pela NBR 6023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para a apresentação das referências, é obrigatório o uso da fonte Arial, tamanho 11 (onze), com espaçamento simples entre as linhas de cada referência e um espaço simples de separação entre as diferentes referências. É imperativo que os resumos expandidos submetidos mencionem em suas referências apenas os artigos, livros ou quaisquer outras fontes que tenham sido efetivamente citados e referenciados no corpo do texto do trabalho.

Formatação de Figuras e Tabelas

Todas as figuras e tabelas incluídas no resumo expandido devem possuir legendas explicativas e seguir estritamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pertinentes à sua apresentação. No caso de figuras, o que inclui quadros, gráficos, desenhos, fotografias e quaisquer outras ilustrações, as respectivas legendas devem ser posicionadas imediatamente abaixo delas, alinhadas à esquerda, e apresentadas com fonte Arial, tamanho 10 (dez). Para as tabelas, as legendas devem ser posicionadas acima do elemento, centralizadas, e também devem ser formatadas com fonte Arial, tamanho 10 (dez). A clareza e a correta identificação desses elementos visuais são fundamentais para a compreensão do trabalho.

7. LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.1. HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

Homologação

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais e tendo em vista o resultado do julgamento do procedimento licitatório referente ao **Pregão Eletrônico nº 90002/2026**, cujo objeto consiste no **fornecimento de água mineral natural, em lote único, destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), na quantidade estimada de 3.000 (três mil) unidades, com valor estimado unitário de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos)**, conforme condições estabelecidas no Edital e no respectivo Termo de Referência, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo correspondente, **HOMOLOGO** o resultado do referido certame, o qual restou **fracassado**, em razão da **desclassificação das licitantes participantes**, não havendo proposta válida que atendesse integralmente às exigências do edital.

O resultado encontra-se registrado no Termo de Homologação extraído do sistema Compras.gov (SEI nº1297966), que passa a integrar o presente ato para todos os fins.

Teresina-PI, datado e assinado eletronicamente.